Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano I nº 14
4/9 a 10/9/1996
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

Eleições na reta final

Vamos consolidar uma alternativa dos trabalhadores!

Wladimir Souza

Em setembro, vamos dizer não ao desemprego, apoiar as campanhas salariais e denunciar as falsas promessas de FHC e dos candidatos burgueses. Voto útil é o voto no PSTU

páginas 6 e 7

PSTU quer controle popular na segurança pública

página 4

CUT aprovou campanha contra o desemprego

página 8

Acordos de Arafat pioram a vida dos palestinos

páginas 10 e 11

Prefeitos gastam bilhões em obras de fachada

página 5

C U R T A S

Filé mignon. A edição de agosto da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, divulgou o ranking das 500 maiores empresas do país durante o ano de 1995. Entre as dez primeiras, oito são estatais. Além da Petrobrás, que continua ocupando a primeira posição, estão quatro do setor elétrico, uma do setor de telecomunicações, uma de água e esgoto e a Companhia Vale do Rio Doce. Das duas empresas privadas que aparecem entre as 10 está uma ex-estatal, a CSN. Este é o filé mignon do parque produtivo estatal, que FHC está começando a entregar a preço de banana.

◆

Mais filé. E por falar em liquidar patrimônio, o governo federal, através de um decreto de FHC publicado no *Diário Oficial* do dia 30 de agosto, anunciou que oito companhias de docas (empresas responsáveis pela administração de portos marítimos e fluviais) serão incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Compõem a lista as empresas de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pará, Maranhão, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Do cronograma de privatizações, além do setor elétrico, está prevista a privatização de 31 portos.

◆

Vale-tudo I. Continua o vale-tudo eleitoral patrocinado, em primeiro lugar, pelo governo federal. As cestas básicas do Programa Comunidade Solidária, dirigido por Ruth Cardoso, estão sendo distribuídas em troca de votos em vários municípios do país. Por exemplo, em Miracena, interior do Rio de Janeiro, o prefeito da cidade, que é do PSDB, convocou pelo rádio a população para a distribuição gratuita de cestas básicas com direito a material de campanha do seu candidato, apertos de mão e tudo mais.

◆

Vale-tudo II. Mas tem mais: o programa de distribuição de leite para crianças e gestantes carentes, que estava paralisado desde março, foi retomado agora. O Ministério da Saúde anunciou que 806 municípios serão beneficiados. O ministro Adib Jatene disse que o programa estava parado "por falta de verbas". Repentinamente elas apareceram a um mês das eleições. A distribuição do leite será feita pela rede da...Comunidade Solidária.

◆

Dívida interna. Os gastos com o pagamento de juros da dívida interna em 1997 irão aumentar 13% em relação a este ano. É o que está previsto no Orçamento da União para o próximo ano. Será destinada a bagatela de R$ 25,2 bilhões para o pagamento dos encargos dessa dívida. Só para registrar, uma das causas do aumento desses juros, segundo o próprio governo, é o Proer. Em relação às áreas sociais, as quantias serão mais modestas. Por exemplo, para o ensino básico irão R$ 1,9 bilhão. É o "social" de FHC.

◆

Assassinatos. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, aumentaram os assassinatos no campo: 43 pessoas foram mortas no primeiro semestre deste ano. Em 1995, foram 41 assassinatos no ano todo. Das 43 mortes deste ano, 31 foram na região de Eldorado dos Carajás, sul do Pará. Desnecessário dizer que policiais, jagunços e mandantes continuam na impunidade. Enquanto isso, o Orçamento da União para 1997 destinará à Reforma Agrária apenas R$ 901,4 milhões.

O QUE SE VIU

Hipólito Pereira

Crianças colam 21 cruzes em um mural na Favela de Vigário Geral, em memória dos 21 trabalhadores vítimas da chacina ocorrida há três anos. No último dia 29 de agosto, a data foi lembrada pelos moradores. A provocação ficou por conta da polícia do Rio que ocupou a favela nessa data. Ninguém até agora foi punido.

O QUE SE DISSE

"Estamos fazendo a reforma agrária no Brasil. Eu dei os números. Ele (Vereza) é favorável e eu também."

FHC em almoço com atores e o presidente da Globo, Roberto Marinho, responde ao ator Carlos Vereza que lhe cobrou a reforma agrária. Vereza interpreta um senador pró sem-terras na novela *Rei do Gado*. Pelo jeito, FHC entrou no clima da novela. No jornal *O Globo*, em 31/8/96.

"A verdadeira intenção do governo em retirar do texto constitucional os órgãos de segurança pública é enfraquecê-los, possibilitando, maior controle sobre as polícias, quando estas vierem a realizar investigações que possam detectar envolvimento de pessoas importantes, trazendo possíveis incômodos para o governo."

Do boletim do Fórum Nacional Permanente das Entidades de Classe de Órgãos de Segurança Pública que combate a Reforma Administrativa preparada pelo governo FHC. Entre as entidades desse fórum está a Federação Nacional dos Policiais Federais. No boletim *A Reforma Administrativa Ameaça a Segurança Pública, 1996*.

"Ele não cita meu nome e, se eu disser algo, depois ele manda um fax dizendo que não é comigo. Não quero fax dele."

Itamar Franco referindo-se a FHC que, indiretamente, o chamou de pobre de espírito. Como se vê, a campanha de 98 já começou e naquele nível. No jornal *O Globo*, em 31/8/96.

"Não tem qualquer garantia de atendimento, quanto mais de fornecimento dos remédios específicos, seja na rede hospitalar municipal ou nas unidades do PAS."

Trecho do manifesto que 30 entidades de defesa dos portadores do HIV divulgaram para repudiar o programa eleitoral do candidato Celso Pitta, que disse que as vítimas da Aids são atendidas pelo PAS e recebem medicamentos. Na *Folha de S.Paulo*, em 31/8/96.

P S T U

◆**Nacional:** Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 -Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **J. Pessoa (PB):** (079) 231-8340 / 211-1867 ◆ **Maceió (AL):** Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 225-3042 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel (221-3972) ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Gráfica Vannucci

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni, Carlos Bauer e Edna Araújo

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

Setembro sem tréguas

Ainda faltando um mês para as eleições municipais, FHC não perdeu tempo e iniciou a campanha pela aprovação da emenda da reeleição. Saiu batendo pra valer e já se chocou com dois ex-presidentes da República, José Sarney e Itamar Franco, ambos contrários à reeleição.

A pressa de FHC tem a ver diretamente com a tendência eleitoral que, até agora, está favorecendo amplamente o PPB de Maluf e o PFL. O PSDB, embora deva dobrar o número de municípios em que será governo, não anda bem nas principais capitais do país. Maluf também é contra a reeleição por interesses tão "nobres" quanto os de Itamar e Sarney. Todos são candidatos à presidência em 1998.

Por isso, FHC, além de sair na ofensiva pela sua reeleição, também articula uma operação de guerra na reta final de campanha eleitoral para tentar salvar seus candidatos. Os seus principais ministros estão desembarcando em peso no Rio, São Paulo etc. Já há alguns indícios de que o PSDB pode recuperar-se nos principais centros. Por exemplo, em algumas pesquisas, o candidato do PSDB em Belo Horizonte aparece em primeiro lugar, na frente do petista Virgílio Guimarães.

Mas independentemente desses movimentos entre os principais partidos da classe dominante, o fato é que há uma clara tendência pelo voto conservador, reflexo direto de um refluxo das ações dos trabalhadores e de uma conjuntura bastante defensiva.

Esta situação não altera a atitude que os socialistas do **PSTU** deverão ter durante o mês de setembro. Pelo contrário, mais do que nunca denunciaremos FHC e o seu projeto neoliberal. Mais do que nunca denunciaremos os demagogos candidatos da classe dominante, de todos os partidos, que encobrem suas responsabilidades no desemprego, no arrocho, por detrás de planos de grandes obras, promessas para melhorar a saúde e a educação, como se nada tivessem a ver com o governo. É incrível, só está faltando os candidatos do PSDB criticarem a ajuda aos banqueiros.

Além disso, o **PSTU** apoiará e estará ao lado de todas os movimentos que os trabalhadores realizarem este mês pela reforma agrária, contra as demissões ou por reajustes salariais. O **PSTU** lutará para consolidar nestas eleições uma alternativa classista e socialista aos olhos dos setores mais conscientes da classe trabalhadora e da juventude.

É hora de preparar para o próximo futuro. Quando as eleições passarem, virão as tentativas de arrancar direitos trabalhistas, de impor privatizações selvagens e de demitir dezenas de milhares de servidores públicos em todos os níveis, através da Reforma Administrativa que é uma exigência do FMI. As perseguições aos sem-terras vão continuar e mais do que nunca estará colocada a necessidade imperiosa de construir uma saída dos trabalhadores para a crise, a partir das suas mobilizações contra o projeto neoliberal e da defesa intransigente das suas reivindicações.

OPINIÃO

Banespa na berlinda

Fábio Bosco e Almir Freitas,
funcionários do Banespa e candidatos a vereador pelo PSTU em São Paulo

O governo federal emitiu uma medida provisória para acabar com os bancos estaduais. A grande imprensa saudou a MP como o "Proer dos bancos estaduais" ou a "salvação do Banespa". Nada mais enganoso. O Proer é voltado para salvar bancos privados. Já o objetivo explícito da MP é acabar com o sistema financeiro estadual, seja através da privatização, liquidação, federalização (passar o controle acionário do banco para o governo federal) ou transformação em agência de fomento (repassador de verbas sem papel de banco). A MP abre espaço para os governos estaduais manterem o banco, desde que forneçam 50% dos recursos necessários para o "saneamento" determinado pelo Banco Central.

A principal incógnita continua sendo o Banespa. O Banco Central agora busca desesperadamente uma fórmula para sair do banco. Sua proposta é que o governador Mário Covas privatize outras estatais para pagar a dívida com o Banespa, para em seguida privatizá-lo. Covas concorda com a privatização e o "saneamento" do banco, à base de demissões de funcionários e fechamento de agências. No entanto, quer utilizar o Banespa para negociar o conjunto da dívida do Estado, que já passa de 50 bilhões, 18 dos quais com o Banespa. O impasse existente aponta para a federalização do banco no final do ano, quando termina a intervenção. Aí o BC ficará com o "pepino" de destruir o banco.

O movimento sindical vive um momento difícil. A corrente *Articulação Sindical*, majoritária no último Congresso dos banespianos, baseou sua estratégia na aliança com Covas. Apoiaram a idéia de vender a Fepasa para pagar o Banespa, dividindo o movimento em defesa das estatais.

Os banespianos têm que exigir a apuração de todas as irregularidades e punição para os responsáveis. É preciso romper o silêncio dos sindicatos com relação a Covas e organizar atos em todos os municípios para denunciá-lo e pressioná-lo. Por último, uma posição clara contra a privatização de outras estatais para pagar o Banespa é fundamental para construir a resistência contra as privatizações no estado e defender a idéia de um banco estatal público, voltado para atender às necessidades da população.

NÚMEROS *As dez empresas mais lucrativas do país em 1995*

Empresa	Lucro (em US$ milhões)	Empresa	Lucro (em US$ milhões)
Petrobrás	619,7	Telesp	310,5
Fiat Automóveis	475,5	Brahma	257,5
Aracruz Celulose	356,5	Cemig	223,3
Vale do Rio Doce	338,5	Nestlé-SP	209,7
Usiminas	336	Souza Cruz	198,4

Fonte: Revista Exame

CARTAS

Sem-terras pedem apoio

Trezentas e cinquenta famílias de trabalhadores sem terra acampadas na fazenda Capelinha, em Conceição de Macabu (RJ), estão ameaçadas de despejo, caso o Incra demore a encaminhar o processo de desapropriação já enviado a Brasília. A vistoria realizada no imóvel concluiu que a área é passível de desapropriação, por estar improdutiva há cinco anos. E o proprietário não se opõe à aquisição da fazenda. Além disso, seria injusto e desumano expulsar 1.050 pessoas que já começaram a plantar a terra, quando a solução depende apenas da agilidade do Incra.

Diante desta situação de risco, é fundamental e urgente que todos manifestem apoio aos trabalhadores e cobrem do Incra e da presidência da República a assinatura imediata do decreto de desapropriação da fazenda Capelinha.

Solicitamos que sejam enviados fax para:

Ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann — (061) 226-3855

Diretor de Recursos Fundiários do Incra Luis Fernando Pimenta — (061) 223-5676

Um abraço,

Francisco Valença Lam,
MST do Rio de Janeiro

Segurança pública precisa ter controle popular

Clara Paulino,
da Redação

As autoridades e os setores mais ricos da população continuam a campanha para aumentar as medidas repressivas no combate à violência. No Rio de Janeiro, o atual secretário estadual de Segurança Pública, general Nilton Cerqueira, está defendendo que a responsabilidade penal deve baixar para 14 anos. "*Os infratores ficam em liberdade por causa da impossibilidade de uma atuação serena e enérgica dos policiais.*" (Revista *Isto É*, 31/8/96). Além disso, começam a avançar as propostas de privatização da polícia, que estão sendo bem vistas por amplos setores da classe dominante.

Por diversas vezes argumentamos que para combater a violência é preciso, em primeiro lugar, combater a violência social à qual milhares de trabalhadores estão expostos. Para tanto são necessárias medidas estruturais como mais emprego, moradia, terra e educação.

Mas isso não significa deixar de apresentar propostas que possam combater a violência e que efetivamente caminhem no sentido de transformar as policias em instituições a serviço de garantir a segurança da maioria da população e não dos seus setores mais privilegiados.

Não se pode perder de vista que dentro do sistema capitalista, as Forças Armadas, Polícia Militar e Civil cumprem a função de proteger os interesses e manter a dominação da classe dominante, seja através da repressão às mobilizações dos trabalhadores, seja através da defesa da propriedade.

Uma das primeiras medidas que deveriam ser tomadas é o fim da divisão entre a Polícia Civil, Militar e as Guardas Municipais, criando uma polícia única, com um setor uniformizado voltado para defender a segurança da população trabalhadora. Para isso, se faz necessário lutar pela dissolução dos setores da PM destinados exclusivamente para reprimir trabalhadores e jovens, muitas vezes de forma indiscriminada, como os batalhões de choque, as divisões de rondas ostensivas (como as Rotas em São Paulo).

É preciso lutar para que sejam dissolvidos os batalhões de choque

Além disso, a segurança deve ser encarada como um serviço público. Isso significa o fim da caracterização dos funcionários militares da PM. Eles devem passar à condição de funcionários públicos. Também em relação à PM é necessário acabar com sua vinculação com o Exército, que é quem determina o equipamento, a instrução, o material bélico e estrutura das polícias militares.

Porém, o mais importante é que se a segurança for encarada como um serviço público, a população deve ter o direito de participar de quaisquer medidas ou decisões a seu respeito.

Na verdade, só é possível ter uma Segurança Pública voltada para dar segurança e não para reprimir com critérios basicamente sociais e arbitrários, se a população exercer o controle sobre este serviço. Por exemplo, os delegados responsáveis por cada cidade, zona ou distrito deveriam ser eleitos pela população da região ao mesmo tempo que caberia à população impulsionar Conselhos Populares para controlar permanentemente os delegados e a polícia de forma geral.

Júlio Dzioba

Camiseta do Movimento Reage São Paulo

Polícia tem que ter direito de greve

Arquivo

Para garantir o enorme aparato militar do Estado, a classe dominante se vê obrigada a recrutar os integrantes das Forças Armadas e das Polícias entre o povo. Os soldados, que muitas vezes são pessoas que entram para a polícia por falta de uma outra alternativa de emprego, são mantidos sob uma férrea disciplina e com baixos salários. Para os policiais militares não há direito de organização em sindicatos e nem direito de greve. Os baixos salários contribuem para que muitos policiais acabem fazendo "bicos" como seguranças de empresas e, muitas vezes, seguranças particulares de empresários e comerciantes. Não é difícil imaginar, diante de condições tão precárias, porque há tanta corrupção nas Polícias.

Os policiais militares devem ter o direito de formarem sindicatos. Para todos os policiais deve ser garantido o direito de greve, como todos os servidores públicos. Dessa forma, os policiais poderão lutar por salários dignos e por outros direitos como um quadro de carreira único que permita aos soldados se tornarem oficiais, sem depender das nomeações e indicações que vêm de cima. (C.P.)

Descriminalizar as drogas

O tráfico de drogas é outra realidade que tem elevado os índices de violência nos grandes centros urbanos. A criminalidade que deriva do narcotráfico tem colocado em perigo a vida das pessoas, sua segurança e os direitos democráticos. Os narcóticos são mercadorias e como tal estão sob as leis do capital. A diferença é que como atividade econômica ilegal, se tornam um investimento de alto risco, produzindo alterações bruscas nos preços, além de ser uma das atividades econômicas mais rentáveis do mundo, disputando com as indústrias do petróleo e da venda de armas.

Ocorre então uma luta para se introduzir um "novo produto" e controlar sua produção, distribuição e consumo. Entre setores da burguesia, há uma disputa violenta para ver quem controla o ilegal mercado das drogas, inclusive entre aqueles que hipocritamente defendem a repressão ao tráfico.

Com a proibição das drogas, as grandes cidades, principalmente nos bairros periféricos, têm se transformado em campos de batalha. Os cartéis e as máfias que organizam o narcotráfico ameaçam a vida das pessoas e "compram" policiais para garantir seus pontos comerciais.

A ampliação do narcotráfico e consumo indiscriminado das drogas constatam o fracasso da política de proibição.

Para combater esta situação, o **PSTU** defende a descriminalização da produção, do comércio e do consumo das drogas, como primeiro passo e principal forma de combater o crime organizado pelo narcotráfico. Inúmeros são os estudos e investigações que propõem a legalização para baixar os preços, reduzir o consumo, diminuir as mortes e a criminalidade. A proibição leva ao aumento do lucro, ao incremento da produção, da distribuição e do consumo.

Obras não favorecem os trabalhadores

Marco Antônio Ribeiro,
da redação

As prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro estão utilizando as obras na cidade como cabos eleitorais. Os prefeitos Paulo Maluf (PPB) e César Maia (PFL) apostaram suas fichas na visibilidade dessas obras e no impacto que elas teriam sobre as eleições.

A candidata do PT à prefeitura de São Paulo se rendeu à força da campanha malufista e anunciou, na sua propaganda televisiva, que irá continuar todas as obras do atual prefeito, se eleita. Na capital paulista, *outdoors* espalhados pela cidade mostram uma betoneira com a estrela do PT.

As grandes obras realizadas por Maluf e Maia não podem continuar. Elas visam compatibilizar essas cidades com as necessidades de valorização do capital. Elas submetem o espaço urbano aos caprichos do capital, criando as condições para a criação e ampliação de novos negócios capitalistas.

Maluf quer garantir que São Paulo continue sendo o centro da economia nacional. Aposta, principalmente, nos setores administrativos, de serviços e financeiro, dirigindo seus investimentos para as regiões que concentram essas atividades. Maia quer atrair investimentos que renovem o parque produtivo da cidade, ao mesmo tempo que reafirma o Rio de Janeiro como pólo turístico e cultural, atraindo novos serviços.

Subordinadas à lógica dos negócios capitalistas essas cidades são obrigadas a realizar periodicamente maciços investimentos que acabam limitando a capacidade de financiar obras e serviços destinados a melhorar a vida da população.

Esta é, entretanto, uma dinâmica que pode ser invertida. Mas para isso é necessário governar para os trabalhadores. É preciso romper com a ótica do capital e ver a cidade não como um negócio, mas com os olhos daqueles que nela vivem e trabalham.

Transporte público continua precário

Maia não prioriza saúde e educação

A administração de César Maia (PFL) transformou o Rio de Janeiro no paraíso das empreiteiras. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1996, a Secretaria de Saúde deveria receber 8,3% das verbas municipais. A Secretaria de Educação receberia 13,82%. Por sua vez, a Secretaria de Obras abocanhou 19,55% do Orçamento.

As obras do Rio-Cidade, um conjunto de obras de fachada, vão consumir este ano cerca de R$ 250 milhões. As empreiteiras estão fazendo a festa. Os lucros são tão altos que as 15 empresas que ganharam a licitação subcontrataram outras 100 para tocar as obras.

O projeto prevê a troca dos postes de luz do centro. Cada um dos 51 postes utilizados custará R$ 8.877,74. É o suficiente para construir uma casa popular. O valor pago pela prefeitura não inclui sequer a luminária e os demais acessórios. O valor de um poste comum, sem os acessórios é de R$ 126,39. (M.A.R.)

Maluf faz obras para ricos

O prefeito Paulo Maluf economizou dinheiro durante três anos para gastar a rodo em 1996. Em 1993, a prefeitura investiu R$ 1,085 bilhão. Em 1996, torrou 2,023 bilhão.

Maluf concentrou 53% dos investimentos realizados entre 1993 e 1995 em 15 obras viárias. Dez dessas obras estão localizadas na região mais rica de São Paulo. Duas são projetos de melhoria e pavimentação de ruas espalhadas pela cidade. Apenas três obras estão a mais de dez quilômetros da casa do prefeito, afastadas da região mais rica.

Nesses 15 projetos, o prefeito gastou R$ 2,991 bilhões. Se descontarmos as obras de melhoria e manutenção do sistema viário, espalhadas pela cidade, teremos R$ 2,794 bilhões. Destes, apenas 17,8% foram gastos nas regiões mais pobres da cidade.

Além disso, as obras de Maluf privilegiam os usuários de automóveis. A construção do túnel Ayrton Senna, por exemplo, consumiu R$ 746,5 milhões, mas apenas 75 mil pessoas serão beneficiadas por dia. Com o mesmo dinheiro, Maluf poderia ter construído oito estações e 11,5 quilômetros de linha de metrô, beneficiando 350 mil pessoas por dia.

As obras viárias acabaram canalizando investimentos que deveriam ser destinados à saúde e à educação. As leis de diretrizes orçamentárias do município de São Paulo para os anos de 1994, 1995 e 1996 prometiam construir 88 escolas, 216 escolas infantis e 193 creches. Ficou tudo no papel. O governo municipal construiu apenas 10 escolas, 16 escolas infantis e 12 creches. **(M.A.R.)**

CHACINA

Três anos de impunidade

Há três anos, no dia 29 de agosto de 1993, vários homens armados e encapuzados, todos eles policiais militares, invadiram a favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, e chacinaram 21 trabalhadores. O episódio chocou o país e teve repercussão internacional nos principais noticiários e revistas de muitos países. Depois de todos estes anos, ninguém foi punido. E não foram poucas as evidências da podridão da PM do Estado, que na ocasião já tinha 146 dos seus membros identificados como integrantes de bandos de extermínio.

Suspeitos estão soltos

A chacina de Vigário Geral foi executada pelo bando de extermínio da PM conhecido como Cavalos Corredores, chefiado pelo então deputado estadual e coronel da PM, Emir Laranjeiras. Os suspeitos que foram presos, acusados pelo informante da polícia Ivan Custódio, estão em liberdade ameaçando a tranquilidade daqueles que querem justiça. Além disso, os familiares dos mortos estão esperando até hoje pelas indenizações e promessas dos governos federal e estadual, que aliás não mais tocaram no assunto.

Provocação no dia 29

No último dia 29, foi organizado pela Casa da Paz (instituição criada após a chacina e que funciona na casa onde uma família inteira de evangélicos foi executada) uma série de atividades em Vigário Geral para lembrar as vítimas da chacina. Foi realizado um ato e outras atividades, como exposição de murais, apresentação de grupos de teatro e de uma escultura feita a base de 12 mil cápsulas de balas.

O Secretário de Segurança Pública, general Nilton Cerqueira, numa ação provocativa, mandou um forte policiamento para Vigário Geral nesse dia, causando revolta e indignação entre os moradores. O general disse ainda que pretende invadir a favela para "combater os traficantes". Conversa fiada. Na verdade, o aparelho de Estado está ameaçando quase sem nenhum disfarce os moradores e todos aqueles que querem justiça.

Consolidar uma alternativa contra FHC e os demagogos

Fernando Silva,
da redação

Faltando 30 dias para a eleição municipal, a tendência dos votos favorece amplamente os partidos e candidatos da classe dominante, especialmente os de perfil mais reacionário e pró-neoliberal. Uma situação bastante diferente dos meses de maio e junho, quando os candidatos com algum perfil de oposição formal ao governo FHC lideravam na maioria das capitais.

Um levantamento feito sobre todas as pesquisas de intenção de voto, publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, revelou que, em se mantendo a atual tendência, o PPB de Maluf e o PFL deverão ganhar as eleições em 50% dos municípios (são 5,5 mil no país). Em termos de capitais, o PFL venceria em cinco (incluindo o Rio de Janeiro) e o PPB em três (incluindo São Paulo). O PSDB, embora esteja mal nas principias capitais do país, também deverá crescer por volta de 95%: pularia de 420 para 800 municípios.

PFL, PPB, PMDB e até PSDB fazem de conta que não são governo

O fato é que a campanha eleitoral está municipalizada. Os grandes temas nacionais -- desemprego, reforma agrária, salários e a crise do sistema financeiro entre outros -- estão "encobertos". Mais grave ainda é que os responsáveis pelas grandes mazelas que afligem o povo trabalhador também estão "encobertos". PFL, PPB, PTB e PMDB fazem de conta que nada têm a ver com o governo federal. Até o próprio PSDB também faz de conta que não tem nada a ver com desemprego e outros problemas.

Acontece que o refluxo das ações dos trabalhadores e a existência de uma conjuntura política defensiva está favorecendo amplamente os demagogos profissionais da classe dominante, que estão abertamente enganando a maioria do povo trabalhador. Isto é o que também explica esta grande despolitização das campanhas eleitorais. E dificilmente será possível alterar este cenário sem algum tipo de ação organizada, como, por exemplo, uma campanha nacional contra o desemprego que mobilize os trabalhadores e esclareça os setores mais pobres da população que hoje estão à mercê dos demagogos profissionais da classe dominante.

Wladimir Souza

Demagogos da burguesia fazem promessas para as vítimas da pobreza

Diante desta situação, mais do que nunca se faz necessário consolidar uma alternativa dos trabalhadores, denunciando ferozmente o projeto neoliberal de FHC e os seu cúmplices municipais, defendendo de forma intransigente as verdadeiras reivindicações dos trabalhadores e todas as suas mobilizações que venham a ocorrer em setembro — como as novas ocupações de terras. Será dessa forma que estaremos preparando a resistência às violentas medidas antipopulares que certamente virão depois das eleições.

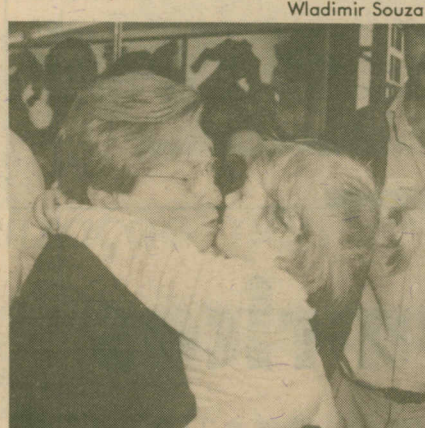
Este é o desafio que o **PSTU** se propõe a cumprir nesta reta final de campanha.

Na campanha do PT não há inimigos

A municipalização da campanha eleitoral é tão forte que o candidato do PFL à prefeitura do Rio de Janeiro, Luis Paulo Conde, resolveu inventar a "ideologia das obras", que segundo ele seria a ideologia da "realização". Ou seja, o negócio é administrar fazendo obras, mesmo que elas não resolvam coisa alguma para o povo (como é o caso das obras do atual prefeito do Rio).

Parece (e é) uma grande baboseira, mas muita gente já caiu nessa armadilha. Por exemplo, em São Paulo, Erundina apareceu na tevê no começo de setembro dizendo que vai terminar todas as obras iniciadas por Maluf. Se é assim, pode raciocinar qualquer pessoa comum, por que mudar? Para que votar em um candidato que vai continuar o que o atual está fazendo?

O PT optou por apresentar uma campanha em que não existem inimigos, onde é possível governar até com os grandes empresários, sertão bom de obras como os Malufs e assim por diante. Desde que se adote o seu modo de governar.

Wladimir Souza

Luiza Erundina

Nunca é demais dizer que este tipo de postura do PT não é um desvio de rota ou acidente de percurso. Erundina, assim como os governadores Cristóvam Buarque e Vitor Buaiz, são os mais fiéis e coerentes intérpretes da ideologia de que é possível *governar para todos* (ou seja para todas as classes sociais), desenvolvida e amadurecida durante anos pela direção deste partido. Uma ideologia muito mais desastrosa para os trabalhadores do que as baboseiras de candidatos do PFL. (F.S.)

Oportunidades foram desperdiçadas

O que mudou em tão pouco tempo a ponto de candidatos como Celso Pitta em São Paulo e Luis Conde no Rio saírem de um quase anonimato e liderarem as pesquisas?

Não podemos esquecer que durante os meses de abril e maio FHC enfrentou o que alguns analistas chegaram a definir como suas piores semanas de governo. Num espaço de um mês — entre meados de abril e maio — ocorreu o massacre de sem-terras em Eldorado dos Carajás, a greve do funcionalismo federal, o escândalo das fraudes bancárias do Nacional que quase terminam numa CPI do sistema financeiro, o anúncio do salário mínimo de R$ 112. De quebra, começaram a aparecer os recordes semanais do desemprego.

O governo esteve muito perto de perder a iniciativa e começou a despencar nas pesquisas de popularidade. Mas houve um grande ausente naquela crise, que foi uma ação do movimento dos trabalhadores. Infelizmente, a direção majoritária dos trabalhadores, tanto a CUT como o PT, não esteve à altura de canalizar aquele momento com a construção de um grande movimento contra o governo. Mesmo a greve geral de 21 de junho, o primeiro grande protesto nacional contra o governo e que tinha enorme simpatia na população, acabou não indo além de um protesto, já que não teve continuidade alguma e sequer reivindicações claras foram apresentadas naquela ocasião.

O governo retomou com tudo a iniciativa. Por exemplo, anunciou um cronograma de privatizações monstro, que inclui Vale do Rio Doce, o setor elétrico e 31 portos. Além disso, a campanha eleitoral começou e se desenvolveu sem que houvesse um movimento de oposição prá valer, ativa, ao projeto neoliberal do governo e aos reacionários candidatos patronais. Portanto, a situação atual é também o resultado das oportunidades que foram desperdiçadas no primeiro semestre deste ano, quando esteve colocada a possibilidade de alterar a relação de forças a favor dos trabalhadores. **(F.S.)**

Wladimir Souza

Apoiar a luta por emprego e salário

Mesmo sem estarem no centro dos debates eleitorais, os grandes e verdadeiros problemas nacionais que dizem respeito à vida de dezenas de milhões de trabalhadores estão muito longe de serem resolvidos e por isso mesmo continuam a "incomodar" o governo.

Continuam as ocupações de terra, como a de uma nova fazenda no Pontal do Paranapanema, que pode ser a primeira de uma série de outras. A razão é simples: depois de serem enrolados novamente por mais de dez dias, os sem-terras resolveram prosseguir com a a única forma de luta que conhecem para conquistar a terra. FHC, que ainda fala em assentar 40 mil famílias por ano, recusou-se a atender a reivindicação simples do MST de assentar as 37 mil famílias que já estão em acampamentos.

De outro lado, setembro traz de volta o problema do arrocho salarial, já que diversas e importantes categorias estão em campanha salarial. Por trás da "estabilidade" da moeda, da inflação baixa, esconde-se um brutal achatamento dos salários. No caso dos trabalhadores das estatais, que são a maioria dos que estão em campanha, a intransigência do governo é total: nenhum setor teve aumentos sequer que repusessem as perdas da inflação do Plano Real.

Também foi importante que a plenária nacional da CUT tenha aprovado um plano de ação que prevê a realização de uma jornada de luta e resistência contra as demissões. Setembro oferece uma oportunidade de trazer as reivindicações e ações dos trabalhadores para o primeiro lugar do debate eleitoral.

Junto com a denúncia implacável do governo FHC e seu projeto e das mentiras dos candidatos dos ricos, os socialistas do **PSTU** estarão ao lado e no apoio ativo a todas estas mobilizações dos trabalhadores. O pouco tempo que temos no rádio e na televisão também estará à disposição das campanhas salariais, da luta dos sem-terras, das mobilizações contra as demissões.

É necessário ficar claro que esta não é uma receita para aumentar as possibilidades eleitorais ou algo assim. Esta opção, este caminho, numa conjuntura ainda marcadamente defensiva, não se traduzirá em muitos votos. Mas certamente será dessa forma que, independente do resultado destas eleições, estaremos contribuindo com a consolidação de uma alternativa dos trabalhadores para os futuros e próximos choques com os verdadeiros planos antipopulares que virão de todas as esferas de governo — federal, estadual e municipal. **(F.S.)**

Não vacile, voto útil é no PSTU

Para os setores mais conscientes da classe trabalhadora e da juventude, as eleições devem servir antes de tudo para que as reivindicações da nossa classe, a denúncia implacável dos planos e demagogias dos governos burgueses e a apresentação de uma saída anticapitalista para a crise social, sejam apresentadas sem nenhuma vacilação.

Esta é a grande utilidade das eleições controladas e dinamizadas pelos poder econômico monumental que favorece os candidatos da classe dominante. O PT e também o PCdoB, com honrosas exceções, abdicam a cada dia que passa desse papel. Seus candidatos já não se inibem sequer em recorrer a bancos e até empreiteiras para conseguir competir com as campanhas milionárias dos candidatos dos ricos. Fortunas são gastas com marqueteiros que se dedicam a apagar o passado de luta do PT.

Vale-tudo do PT e PCdoB

O modo petista de governar revela-se em Brasília, Espírito Santo e nas declarações de Erundina como um governo de parceria e concessões aos grandes empresários, ou seja, à classe dominante. Nem mesmo acabou a campanha municipal e a cúpula petista já se reúne com Ciro Gomes do PSDB, atrás de futuras alianças para as eleições presidenciais.

No caso do PCdoB, o vale-tudo eleitoral quase não tem limites. Com exceção do PPB e do PFL, o PCdoB conseguiu coligar-se com todos os partidos da classe dominante. No interior de São Paulo há nove coligações com o PSDB e até duas com o PTB.

Diga Não! para FHC e os patrões

Por mais repugnantes que sejam as candidaturas de Pitta e Luis Conde, não é útil do ponto de vista dos trabalhadores votar em partidos de esquerda que admitem que não governarão sem os empresários. São exatamente gestões como a de Vitor Buaiz e Cristóvam Buarque que contribuem com o desgaste quando não a desmoralização, das bandeiras da classe trabalhadora.

Ao contrário da direção do PT, que está optando em reformar o neoliberalismo, o PSTU vai continuar dizendo Não! ao desemprego, ao arrocho, ao projeto neoliberal de FHC e aos partidos que o apóiam, que são parte do seu governo e que mentem para a população .

Não vacile, nestas eleições o voto útil é o voto que consolida uma alternativa classista e socialista para os trabalhadores. Votar útil é dizer que os trabalhadores é que devem governar para fazer com que os ricos paguem pela crise. Nestas eleições, o voto útil é o voto no PSTU.

Não vacile, contra burguês vote 16.

Wladimir Souza

CUT vota defesa de reformas populares

João Ricardo,
de São Paulo

A 8ª Plenária Nacional da CUT realizada entre os dias 28 e 30 de agosto, contou com a participação de cerca de 350 delegados, sendo que praticamente a metade eram delegados natos. Esta composição garantiu uma relação de forças bastante favorável à *Articulação Sindical*, que tinha 65% dos delegados contra aproximadamente 35% de todas as correntes cutistas de esquerda. O **Movimento por uma Tendência Socialista** tinha cerca de 25 delegados (7%).

As resoluções da plenária foram expressão dessa situação. Foram reafirmadas todas as orientações que têm sido praticadas pelo setor majoritário da direção da Central. Foi aprovada a estratégia das Reformas Populares, e aprovado um balanço que referenda a postura de Vicentinho no episódio da Reforma da Previdência.

É importante destacar que foi aprovado também um plano de ação, mas que relaciona um número enorme de atividades, abrindo o risco de perder a efetividade pela dispersão. O lado positivo é que esse plano contemplou propostas corretas, como a luta contra o desemprego, o que permite impulsionar uma campanha para tentar mobilizar os trabalhadores contra as demissões.

Mas por fora disso, nos demais pontos prevaleceram as propostas da *Articulação Sindical*. No debate sobre a reestruturação produtiva, decidiu-se que os textos gerais serão remetidos para a base e para deliberação no 6º Congresso Nacional da CUT. A plenária apreciou apenas as emendas ao texto do Grupo de Trabalho de Reestruturação da CUT. Nesse debate, a plenária recusou a inclusão no texto de uma emenda proposta pelo **MTS**, que condenava a flexibilização de jornada de trabalho. Dessa forma, fica aberto o espaço para o avanço da política de parceria que está sendo praticada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A discussão sobre organização sindical acabou se resumindo ao debate sobre sindicato orgânico. Antes da votação sobre o mérito do tema, foi rejeitada uma resolução que propunha suspender a resolução da 7ª plenária (a que aprovou o sindicato orgânico) e remetê-la a discussão para a base, para posterior deliberação no próximo Congresso Nacional da CUT. Votaram a favor dessa proposta o **MTS**, a *Alternativa Sindical Socialista (ASS)* e os sindicalista de *O Trabalho*.

Já na votação da organicidade havia três posições: contra o sindicato orgânico (**MTS**, *Corrente Sindical Classista* e *OT*); a favor do sindicato orgânico mas não para ser implementado já, só após votação do próximo Congresso da CUT (*Articulação Sindical*), e um texto, apresentado pelos companheiros da *ASS*, que não falava nem a favor, nem contra o sindicato orgânico. Foi aprovada a proposta da direção majoritária.

Articulação quer o sindicato orgânico após congresso da CUT

Wladimir Souza

Plenária votou plano de lutas, mas orientação desarma trabalhadores

"Flexibilização não reduz jornada"

Entrevista com José Maria de Almeida, Secretário de Organização da CUT e da Coordenação Nacional do Movimento por uma Tendência Socialista.

Opinião Socialista — Qual o significado para os trabalhadores da manutenção da estratégia de reformas populares?

Zé Maria — Significa que a ação sindical da CUT na conjuntura vai continuar voltada para a negociação das propostas com o governo. A principal conclusão política, e a mais grave para os trabalhadores, é que esta estratégia da direção majoritária da Central desarma os trabalhadores, os deixa sem a referência de que temos que enfrentar e derrotar o projeto neoliberal do governo.

Opinião Socialista — Com que argumento a *Articulação Sindical* rejeitou a luta contra a flexibilização da jornada?

Zé Maria — Disseram que a flexibilização pode servir para impedir as demissões e ainda facilita a redução da jornada. Isso é falso. A flexibilização serve para reduzir os custos e adaptar os trabalhadores às demandas de produção. Não tem nada a ver com a redução da jornada e nem com garantia de emprego, porque os trabalhadores podem ficar devendo dezenas de horas para a empresa e depois serem obrigados a trabalhar como animais nos picos de produção, e ainda podem ser demitidos caso a demanda seja pequena.

Opinião Socialista — Em relação ao plano de ação, o que ele tem de mais importante?

Zé Maria — A luta contra o desemprego e a defesa da unificação das campanhas salariais. Queremos construir a maior unidade possível para levar adiante estas propostas e queremos que a direção majoritária coloque em prática estas duas lutas.

Petrobrás não dá reajuste salarial

Ao contrário do que havia prometido aos trabalhadores, a direção da Petrobrás não apresentou, no dia 22 de agosto, nenhuma resposta às reivindicações da categoria. Alegando que o atraso é devido à interferência do governo, a empresa simplesmente está enrolando os petroleiros.

Até agora, a única coisa que a empresa fez foi depositar, no último dia 30, um abono que equivale a 50% do salário básico. Esse abono deixa de fora cerca de 35 mil aposentados da categoria, já que não é incorporado ao salário. Além disso, a decisão unilateral da empresa de depositar os 50% do salário está sendo vista como uma tentativa de esvaziar a campanha e as reivindicações da categoria.

As reivindicações

Os petroleiros estão reivindicando a reintegração de todos os demitidos desde a greve de 1994; garantia do emprego; reposição da inflação entre setembro de 1995 e agosto de 1996 (21%, de acordo com o ICV-Dieese); a variação inflacionária de julho a agosto de 1995, que não foi paga pela empresa no ano passado (6,71% pelo ICV-Dieese) e 12,47% de produtividade, calculada com base na divisão da produção de petróleo bruto pelo número de funcionários na ativa.

Empresa teve lucro

A Petrobrás tem todas as condições financeiras para atender ao que pedem os petroleiros. Segundo dados publicados no jornal O Estado de S. Paulo (23/8/96), a empresa registrou, no primeiro semestre deste ano, um lucro líquido de R$ 303 milhões. O faturamento bruto no mesmo período chegou a R$ 11,09 bilhões e a receita líquida foi de R$ 7,9 bilhões.

Apesar dos números, a Petrobrás mantém o arrocho salarial e as demissões e, agora, se recusa a negociar com os trabalhadores. Esta intransigência é parte da política criminosa do governo FHC de não conceder reajustes decentes para os trabalhadores das estatais e o funcionalismo público. Os servidores federais tiveram reajuste zero e nenhum setor das estatais teve até agora reajustes que sequer repusessem as perdas da inflação do Plano Real.

Escolas querem punir alunos inadimplentes

Luiza Casteli,
da redação

Apesar de todas as vantagens garantidas pela medida provisória das mensalidades para os donos de escolas particulares, eles estão tentando derrubar o único artigo da MP que beneficia os alunos.

Segundo o artigo 6º da MP 1228/95, *"São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive transferências, ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas, por motivo de inadimplência"*. Esse artigo é a única garantia para os alunos que não têm condições de pagar as altas mensalidades das escolas particulares, que foram reajustadas novamente no início deste ano, continuarem estudando.

Alegando que os índices de inadimplência subiram de 6% no primeiro semestre de 1995 para 26% no mesmo período deste ano, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) "sugere" que os estabelecimentos de ensino particular adotem medidas como a criação de um Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) para os alunos inadimplentes. O aluno que não pagar a mensalidade vai para uma lista de devedores e não consegue mais pedir transferência ou se matricular em outra escola. Outra medida é a exigência de fiador no ato da matrícula.

O governo apóia as propostas da Confenen e não vê nada de ilegal em considerar alunos inadimplentes como bandidos. Bolívar Rocha Moura, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, chegou a declarar que *"o governo achou saudável a iniciativa das escolas em desenvolver mecanismos dentro do que a lei permite para recuperar seus créditos" (Diário Popular, 28/8/96)*.

UNE tem projeto de lei popular para defender direitos dos estudantes

Fora o Artigo 6º, a MP das mensalidades é um violento ataque aos estudantes. Ela estabelece que os aumentos de mensalidades devem acontecer em janeiro com base na apresentação de uma planilha de custos. Além de não existir qualquer controle dessas planilhas, o aumento ocorre justamente no mês em que as escolas estão vazias.

Entre janeiro e fevereiro deste ano foram feitas mais de cem denúncias de aumentos abusivos só na cidade de São Paulo. Quatro escolas foram autuadas e nenhuma foi multada. Enquanto a inflação de 1995 foi de 23%, o aumento médio nas mensalidades foi de 91%.

Em resposta à MP das mensalidades, a UNE tem um projeto de lei de iniciativa popular, e estará colhendo assinaturas no dia 3 de outubro. A entidade também está iniciando a campanha *"Nenhum estudante fora da escola — inadimplência não é crime"*.

"Nossa luta é pelo ensino público e gratuito"

Entrevistamos Ana Paula Machado, estudante da Faculdade de Serviço Social da PUC de São Paulo e candidata a vereadora pelo PSTU.

Opinião Socialista — Como você vê o Artigo 6º da MP das mensalidades?

Ana Paula — Esse artigo foi uma conquista do movimento estudantil. Antes, quem não podia pagar a mensalidade não fazia prova e acabava abandonando a escola. Hoje, a MP garante a permanência desse aluno, por isso ele aparece nos "índices" de inadimplência. O governo e a Confenen estão tentando tirar o aluno inadimplente da escola, alegando que ele não paga a mensalidade porque não existem punições.

Opinião Socialista — Qual é a política do governo para as escolas pagas?

Ana Paula — É uma política que protege os donos de escolas. Como exemplo, o governo desvinculou o ensino, que é controlado pelo Ministério da Educação, da questão das mensalidades, que são controladas pelo Ministério da Fazenda. Enquanto os salários não aumentam, as mensalidades chegaram a ter reajustes de até 114% em algumas faculdades de São Paulo, graças à MP das mensalidades.

Opinião Socialista — O que você propõe para esta situação?

Ana Paula — Reivindicamos anistia para todos os inadimplentes, garantia dos direitos acadêmicos e não queremos a criação do SPC. Apoiamos o Projeto da UNE, que traz várias reivindicações do movimento, como congelamento de mensalidades e auditoria paritária. Mas nossa luta é pelo ensino público e gratuito de qualidade, com mais verbas e mais vagas nas escolas públicas. Já que os donos de escolas tratam a educação como mercadoria, o governo deve estatizar essas escolas.

Prefeito persegue PSTU na Paraíba

Em um debate realizado no dia 15 de agosto, na Assembléia Legislativa da Paraíba, o candidato do PSTU à prefeitura de João Pessoa, Afonso Abreu, denunciou a "turma" de governantes que dirigem o país, o estado da Paraíba e o município de João Pessoa, a capital.

Considerando "infames" as declarações feitas pelo candidato do PSTU, o prefeito Chico Franca, através da Procuradoria Geral do Município, encaminhou ao Ministério Público uma representação contra Afonso Abreu por "injúria" e "difamação".

Ameaça é séria

O ataque contra Afonso Abreu é sério pois o procurador do município está pedindo a condenação do candidato socialista e tentando enquadrá-lo em vários artigos do Código Penal.

Imediatamente, os companheiros do PSTU de João Pessoa responderam à altura ao prefeito da cidade. Sob o título: Infame é a administração de Chico Franca, foram distribuídos vários panfletos pela cidade, onde o PSTU deixava claro sua postura de oposição prá valer a FHC e todos os governos estaduais e municipais que aplicam o projeto neoliberal.

Infâmia é o arrocho

Explicando o que significa ser "infame" sob a ótica dos trabalhadores, entre nove definições que dava para a palavra, o panfleto do PSTU afirmava que: "Infâmia é a situação salarial do funcionalismo que se encontra com quatro meses de atraso e com grande parte dos servidores recebendo menos que o salário mínimo vigente de R$ 112...Infâmia é a prefeitura priorizar o pagamento dos bancos e das empreiteiras em detrimento dos salários atrasados do funcionalismo."

Por defender um programa dos trabalhadores, denunciar os planos e falcatruas da classe dominante e seus governos, o PSTU tal como vem ocorrendo em outros estados, também está incomodando as oligarquias paraibanas e seus partidos nesta campanha eleitoral.

Depois da greve Arafat negocia

Wilson H. da Silva,
da redação

No dia 30 de agosto, os trabalhadores palestinos realizaram a primeira greve geral nos territórios ocupados desde a assinatura dos acordos entre a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e o Estado sionista de Israel, em 1993. Em 1994, foi criada a Autoridade Palestina, que colocou sob o "controle" da OLP setores da Faixa de Gaza e da Cisjordânia (leia sobre o acordo na página 11).

A greve, que paralisou todas as atividades nos territórios durante quatro horas, das 8 as 12 horas, foi convocada por Iasser Arafat, depois que o governo israelense anunciou a intenção de construir mais 2 mil casas para os colonos judeus em várias áreas da Cisjordânia. No mesmo dia os sionistas derrubaram um centro comunitário árabe em Jerusalém Oriental (de maioria árabe, mas que está ocupado por Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967).

No discurso em que convocou a greve, Iasser Arafat, o presidente da Autoridade Palestina e da OLP, não poupou críticas ao governo do primeiro ministro israelense, Binyamin Netanyahu, afirmando que ele havia sido *"estúpido"* por ter feito uma *"verdadeira declaração de guerra contra os palestinos"*.

Diante da convocação da greve e das palavras "fortes" de Arafat, não foram poucos os que falaram numa possível radicalização por parte da direção da OLP. No entanto, a verdade parece ser outra. Arafat buscou, através da greve, retomar as negociações com o governo israelense. As negociações estão "oficialmente" suspensas desde que Netanyahu, membro do partido conservador, o *Likud*, assumiu o poder, em maio desse ano.

Maya Vidan

Juventude palestina voltou a protestar contra Israel

Diferença entre Rabin e Netanyahu é mais de estilo do que conteúdo

Arafat acusa Netanyahu de estar boicotando o "acordo de paz" assinado com o governo israelense anterior, dominado pelos trabalhistas. Mas, também neste aspecto, a verdade é um pouco mais complexa do que parece. Em primeiro lugar, apesar dos dois dirigentes não terem se reunido desde maio, já aconteceram vários contados entre membros do segundo escalão de ambas as partes.

Mas, mais importante do que isso, é o fato de que a postura de Netanyahu não pode ser entendida como uma ruptura do acordo, mas sim (e no máximo) como uma forma diferente de conduzí-lo. Como afirmou o escritor Noam Chomsky, de origem judaica, em um artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em 18/8/96, a diferença que existe entre o governo trabalhista de Itzhak Rabin e o do conservador Netanyahu é *"mais de estilo do que de conteúdo"*.

Apenas para citar um exemplo, basta dizer que, apesar de todo o palavreado de Arafat, o acordo assinado entre Israel e a OLP não só não vetava a construção de novos assentamentos por parte de Israel, como, inclusive, previa este fato.

Numa demonstração clara das reais intenções da direção da OLP, no dia seguinte à greve, o ministro palestino para Assuntos Locais, Saeb Erekat, se reuniu com Dan Shomron, general e ex-comandante do exército israelense, para discutir um calendário para encontros bilaterais.

É preciso retomar a Intifada

Durante os últimos dez dias, como forma de pressão, Iasser Arafat chegou a ameaçar que irá recomeçar a *Intifada*, a rebelião palestina que varreu os territórios ocupados no final da década de 80. Sabemos que, partindo de Arafat e da direção da OLP, isso não passa de um blefe. Foi exatamente para conter a *Intifada*, que ameaçava a dominação de Israel, que Arafat e Israel assinaram o acordo, sob o patrocínio dos Estados Unidos.

Contudo, a enorme adesão que a greve geral teve demonstra a disposição de luta da maioria do sofrido povo palestino. Essa disposição, em grande medida, se deve às terríveis condições de vida na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, que só se agravaram depois da assinatura dos acordos.

Como afirmou a prisioneira política brasileira, Lâmia Maruf, que se encontra encarcerada em Israel desde de 1986: *"Nossas condições agora são ainda piores do que eram na era pré acordos palestino-israelenses, a paz tão festejada pelo ocidente é pura ficção, nunca os palestinos viveram pior do que vivem agora"* (*Opinião Socialista* nº 12).

Para se reverter essa situação, a única saída é retomar a luta. Retomar a *Intifada*, derrotando a direção de OLP e sua vergonhosa traição ao povo palestino. (W.H.S.)

Palestinos vivem em guetos miseráveis

Há séculos, os palestinos são empurrados de um lado para outro e vitimados pela miséria e a fome. Esta situação se agravou imensamente desde que o Estado sionista de Israel ocupou a península do Sinai, a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e as Colinas Golan, em 1967. Por isso, os palestinos moveram uma guerra sem tréguas contra os israelenses nos últimos 30 anos. Em 1993, depois de milhares de mortes, principalmente entre os jovens, a maioria dos palestinos acreditou nas promessas de uma vida melhor, mediante a assinatura dos acordos propostos pela direção da OLP. Contudo, a miséria e o sofrimento só aumentaram.

Um reino de ilusões

A chamada Autoridade Palestina não passa de 400 vilas cercadas por israelenses por todos os lados. Como afirmou um ex-dirigente da OLP, Edward Said, em um artigo publicado na revista Atenção, de novembro de 1995, a tal autonomia, na verdade, é "um reino de ilusões, com Israel firmemente no comando". Ou melhor, um reino de pesadelos. Basta citar o exemplo da minúscula Faixa de Gaza. Lá, 60% dos habitantes estão desempregados; 40% do território de Gaza continua nas mãos de Israel e somente 8 mil trabalhadores (obrigados a portar um passe) podem cruzar as fronteiras controladas por Israel, que também proíbe a entrada de qualquer matéria prima na região, para impossibilitar qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico.

Como na África do Sul

Por essas e outras, não são poucos os que comparam a atual situação dos territórios ocupados aos bantustões onde os negros sul-africanos eram confinados, na época do apartheid, desfrutando de uma fictícia autonomia. Uma comparação que também é evidente na Cisjordânia, onde, um sistema de 58 bloqueios militares impede que os palestinos sequer se desloquem do norte para o sul da região que Arafat tem o descaramento de dizer que é governada pelos palestinos.

Direção da OLP capitulou a Israel

Wilson H. da Silva,
da redação

Em 1948, as Organizações das Nações Unidas (ONU) votou a constituição do Estado de Israel nas terras onde viviam os palestinos (apesar de, na época, também defender a constituição de um Estado Palestino). Em guerras sucessivas, Israel expulsou os palestinos de suas terras tomou suas casas, massacrou o povo e se constituiu como um Estado artificial, armado pelos Estados Unidos, para proteger seus interesses na região.

Os palestinos nunca se sujeitaram a essa situação e, durante anos, a Organização pela Libertação da Palestina, a OLP, serviu-lhes como principal instrumento de luta. Contudo, a história mudou. A OLP capitulou aos interesses de Israel. O auge dessa capitulação se deu com a assinatura dos acordos, celebrados (como não poderia deixar de ser) nos jardins da Casa Branca, em 28 de setembro de 1994.

Acordos impedem a autodeterminação na Palestina

Conhecidos como *Oslo II*, em referência a uma série de negociações secretas realizadas na capital da Noruega a partir de 1993, os acordos foram sintetizados por Noam Chomsky em uma frase: *"eles eliminam qualquer idéia de autodeterminação palestina significativa"*.

Além de garantir a Israel 40% da Faixa de Gaza e grande maioria do território da Cisjordânia (veja o quadro), o *Oslo II*, na prática, mantém os territórios ocupados sob o mais ferrenho controle dos sionistas.

Citando apenas dois termos do acordo, Chomsky dá a dimensão exata desse controle: as "autoridades" palestinas aceitam formalmente *"os direitos legais dos israelenses (incluindo empresas) relativos a terras localizadas em áreas sob a jurisdição territorial do Conselho Palestino"* e o governo israelense retém *"os necessários poderes e responsabilidades legislativos, judiciários e executivos"* e o poder de veto sobre a legislação palestina.

Esse último item é garantido por uma cláusula que prevê que o Conselho Legislativo dos palestinos será controlado por Israel, que pode vetar aqueles candidatos que considerar *"racistas ou terroristas"*.

Mas isso não é tudo. Um ex-dirigente da OLP, que se demitiu da organização exatamente em função da assinatura do primeiro acordo, em 1993, o professor Edward W. Said, deu outros detalhes sobre o *Oslo II*.

Segundo o acordo, *"Israel irá manter o controle sobre entradas e saídas das cidades, bem como sobre todas as estradas da Cisjordânia"*; e a Autoridade Palestina (AP) não terá *"nenhuma responsabilidade real de segurança, nenhum direito aos recursos ou terras situados além dos centros habitados e nenhuma autoridade em absoluto sobre os colonos, a polícia e o exército israelenses"* e as colônias de judeus *"permanecerão intocadas" (Atenção*, novembro/95)

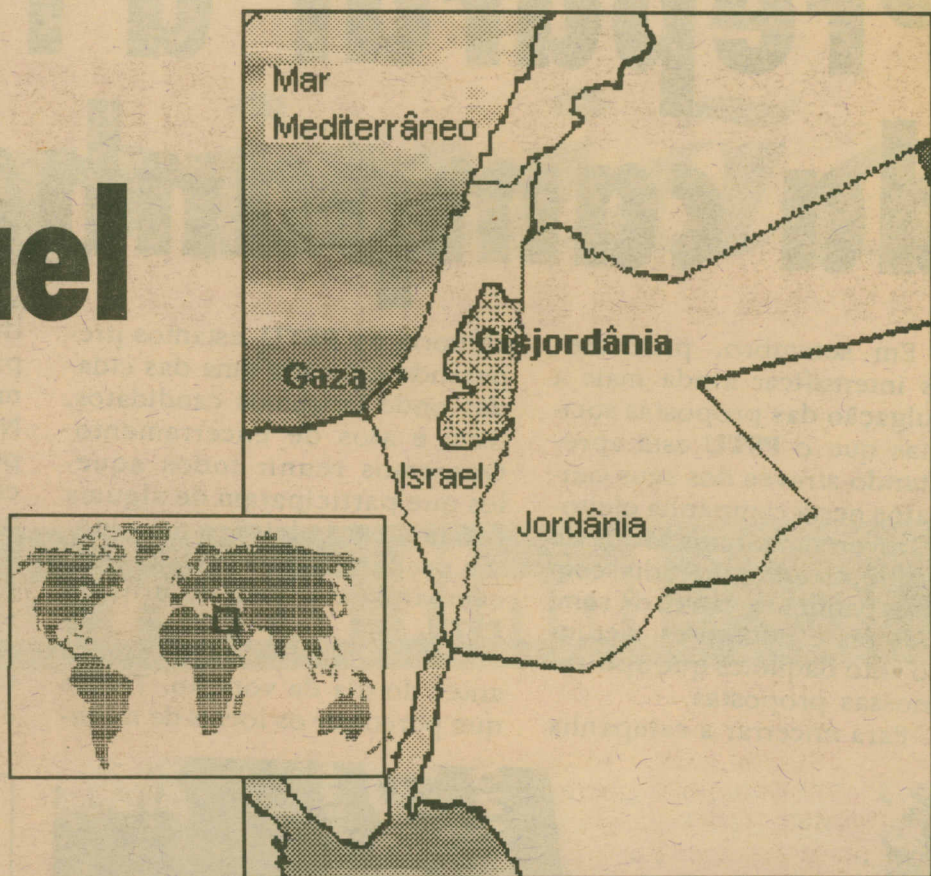
Se isso não bastasse, ao assinar o acordo, Arafat patrocinou o saque dos territórios ocupados. Entre outubro de 1993 e janeiro de 1995, houve 96 confiscos e expropriações de terras palestinas.

E mais: a direção da OLP, ao aceitar que "palestinos" são somente aqueles que vivem nos territórios ocupados, abandonou cerca de 3,5 milhões de palestinos que vivem como refugiados ou dentro do próprio Estado de Israel (800 mil).

Diante disso, chamar a atual política de Arafat e da OLP de capitulação, na verdade, é pouco. O que eles fizeram e fazem é uma criminosa traição.

Divisão da Cisjordânia segundo o acordo de setembro de 1995

ZONAS	ADMINISTRAÇÃO	ÁREA
Zona A	Conselho Palestino	2% das áreas urbanas árabes
Zona B	Conselho Palestino	100 fragmentos dentro da Zona C (israelense)
Zona C	Israel	70% do território

Fonte: Folha de S.Paulo, 18/8/96.

Acordos inviabilizam a verdadeira paz

Uma das maiores mentiras da OLP é dizer que os acordos assinados com Israel são a única forma de conquistar a paz na região. Muito pelo contrário. Os acordos só fizeram consolidar Israel como um "enclave" na região, legitimando, ainda, o fato de que mais de 3,5 milhões de palestinos vivam foram de suas terras como refugiados.

Tanto para os trabalhadores palestinos, quanto para os israelenses, a única forma de chegar à paz é através da destruição do estado racista construído em base ao sionismo e de acordo com os interesses do imperialismo mundial.

A crescente miséria que toma os territórios ocupados, bem como o aumento da tensão dentro do próprio Estado de Israel, que chegou ao seu clímax com o assassinato de Rabin, são uma prova de que os acordos entre o governo sionista e direção traidora da OLP somente agravaram a situação dos trabalhadores e do povo em geral.

A OLP, que durante décadas defendeu um estado laico, democrático e não-racista, abandonou definitivamente esta reivindicação. Contudo, essa é a única saída possível. Para isso é preciso retomar a *Intifada* e superar a direção de Arafat. Este é o único caminho para a paz. **(W.H.S.)**

Os palestinos precisam de uma nova direção

Lâmia Maruf, a brasileira presa em Israel afirmou que *"a OLP, ao concordar em capitular diante das imposições israelenses, acabou assinando nossa sentença de morte. Não bastasse isto, quem critica a linha política de Arafat sofre retaliações e perseguições praticadas pelo próprio"*.

Essa perseguição se apóia nos 48 mil empregados a serviço da Autoridade Palestina, sendo 19 mil deles policiais, que vêm sendo sistematicamente utilizados para reprimir manifestações nos territórios ocupados. Além disso, as denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito nos altos escalões da OLP, são constantes.

Diante dessa situação, algumas organizações, de orientação fundamentalista, como o *Jihad* ou o *Hamas* e tantas outras, têm se levantado contra a direção.

Contudo, pelos métodos e pela política que estas organizações têm defendido até o momento, nenhuma delas significa a real possibilidade de direção para a luta dos palestinos. É necessário construir uma nova direção para uma nova *Intifada*. Uma direção que nasça a partir de organismos de base, democraticamente organizados entre os palestinos, e que lute, sem tréguas, contra o sionismo e o imperialismo. (W.H.S.)

Preparar a reta final da campanha eleitoral

Em setembro, precisaremos intensificar ainda mais a divulgação das propostas socialistas que o **PSTU** está apresentando através dos seus candidatos nesta campanha eleitoral. Deveremos ir aos locais de trabalho, estudo e moradia, com nossos panfletos, carros de som, bandeiras e militantes, pedindo o voto daqueles que apóiam as nossas propostas.

Para encerrar a campanha eleitoral do **PSTU**, estamos preparando em cada uma das cidades onde lançamos candidatos, festa e atos de encerramento. Queremos reunir todos aqueles que participaram de alguma forma destas eleições para juntos prepararmos a reta final da campanha e a boca-de-urna do **PSTU.**

Nossa boca-de-urna começa antes do dia da votação. Temos que percorrer os locais de trabalho, as escolas e bairros, panfleteando e distribuindo os materiais, antes de 3 de outubro. No dia da eleição, estaremos nos principais locais de votação de cada cidade, com nossas faixas, bandeiras e panfletos, procurando conversar com os eleitores para mostrar os nossos candidatos e propostas.

No mês de setembro portanto, estaremos dedicados também a listar todos aqueles que participam ou querem participar da nossa campanha eleitoral, para que esta pessoa venha a ser um assinante do **Opinião Socialista**, participe conosco da reta final da campanha e da boca de urna no dia 3 de outubro.

Você que é leitor do nosso jornal e quer nos ajudar, vá até uma das nossas sedes ou então telefone e veja como você pode contribuir.

Participe da campanha e assine o Opinião Socialista

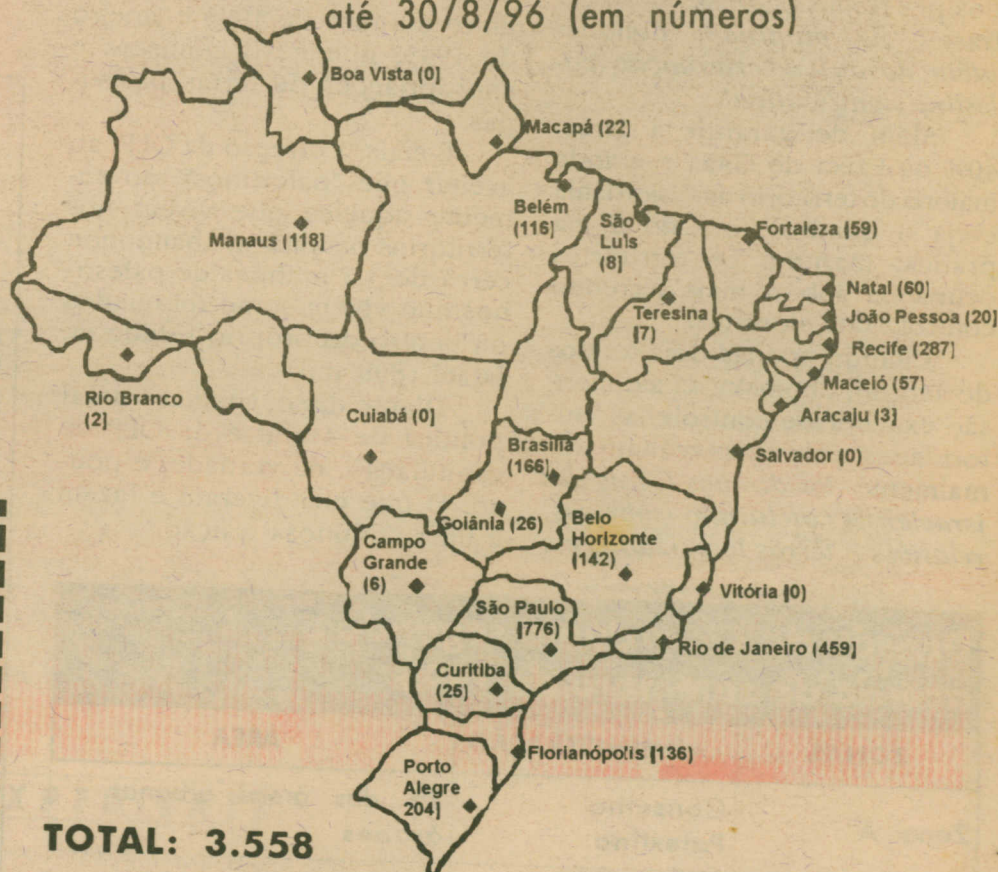
Nestes dois meses de campanha, muitos trabalhadores e jovens entraram em contato com o PSTU. Participaram das nossas festas de lançamento dos candidatos socialistas. Muitos visitaram ou telefonaram para as nossas sedes, porque gostaram de nossos programas de TV e rádio ou porque receberam um panfleto com idéias e propostascom as quais concordavam. Todas estas pessoas têm algo em comum: querem conhecer melhor o nosso partido.

Para que isto aconteça, queremos oferecer a cada uma delas a assinatura do Opinião Socialista, pois esta é a melhor maneira de conhecer o PSTU e acompanhar toda semana aquilo que estamos fazendo e, claro, as idéias que o partido defende.

Queremos que ao final da campanha eleitoral todos aqueles que nos conheceram e nos apoiaram sejam assinantes do Opinião Socialista.

Mapa das assinaturas

até 30/8/96 (em números)

Boa Vista (0)
Macapá (22)
Manaus (118)
Belém (116)
São Luís (8)
Fortaleza (59)
Teresina (7)
Natal (60)
João Pessoa (20)
Recife (287)
Maceió (57)
Aracaju (3)
Salvador (0)
Rio Branco (2)
Cuiabá (0)
Brasília (166)
Goiânia (26)
Belo Horizonte (142)
Campo Grande (6)
Vitória (0)
São Paulo (776)
Rio de Janeiro (459)
Curitiba (26)
Florianópolis (136)
Porto Alegre 204)

TOTAL: 3.558

São Paulo (interior): ABC (115), São José (176), Barra Bonita (3), Santos (10), São José do Rio Preto (29), Bauru (47), Araraquara (2), Ribeirão Preto (18), Campinas (45), São Carlos (14), Rio Claro (12), Guarulhos (32), Jundiaí (10), Equipe do jornal (25) RJ (interior) Volta Redonda (5) Friburgo (5) Rio Grande do Sul (interior): Passo Fundo (96), São Leopoldo (75), Santa Maria (4) Alegrete (3) Minas Gerais (interior): J.Monlevade (1) Timóteo (21), Ouro Preto (9), S.J. Del Rei (8), Juizde Fora (32) Paraná (interior): Foz (1) Maringá (10) Ceará (interior): Barbalha (3) Juazeiro (14) Bahia (interior): Feira de Santana (2)Alagoinhas (13) Mato Grosso do Sul (interior): Corumbá (6). Paraíba: Campina Grande (1)